



Mais de 5 mil pessoas compareceram ao enterro da Margarida, assassinada pelo latifúndio

Presidenta de Sindicato morta a tiro na Paraíba

O marido da vítima denuncia: mandantes do crime são usineiros de Alagoa Grande. Pág. 8

Impasse na dívida externa

O governo num beco sem saída

O problema da dívida externa e da submissão ao FMI chega esta semana ao seu ponto mais agudo — é um autêntico e clássico beco sem saída. Sem dinheiro em caixa, sem petróleo, sem credibilidade, o país encontra-se também virtualmente sem governo. Até os grandes capitalistas levantam, no famoso Manifesto dos 13, que as coisas não podem continuar como andam. A perspectiva é de uma recessão várias vezes pior que a atual. Pág. 3.



Pró-Cut adia o Conclat

Posição oficial da Pró-Cut: adiar por 60 dias o Conclat na busca da unidade sindical. Página 5

EDITORIAL

Por um novo governo

A crise brasileira entra num ritmo vertiginoso. A dívida externa estrangula o país. Cada novo acordo com o FMI é mais uma volta da corda no pescoço dos trabalhadores e do povo. É mais um golpe na combalida economia nacional. A solução para esta situação calamitosa só pode vir de um novo governo democrático, de transição, que imprima novos rumos ao desenvolvimento do país.

O governo atual anda à deriva. O presidente interino, Aureliano Chaves, não governa, vigiando e pressionado por todo lado. O outro, Figueiredo, há muito limitava-se a repetir o que lhe ditavam da alta cúpula das Forças Armadas. Com esta tripulação, e mais do que isto, com estes comandantes, o navio só pode seguir a rota da traição nacional, a caminho de uma catástrofe.

Até mesmo defensores intransigentes deste regime perdem a confiança nos governantes. O jornal *O Estado de São Paulo*, representando importantes parcelas da grande burguesia, afirma que "o movimento de março foi traído" e que o próprio Figueiredo é instrumento da "confraria de malfetores" que conduz à "deliquescência do regime". O ex-presidente Geisel vai no mesmo rumo, dizendo que "João por mim indicado para a Presidência não é o homem que hoje está na chefia do governo". Empresários e políticos do PDS multiplicam suas queixas.

A cada dia vem à tona dados mais estardalosos. Os preços sobem descontroladamente. Planejam racionar o petróleo. O dólar atinge cifras astronômicas no mercado negro. Os salários são brutalmente achatados e o desemprego avança sobre milhares de trabalhadores diariamente. A corrupção nunca foi tão descarada, envolvendo altas autoridades e órgãos do governo.

Chegamos a um ponto crítico. A nação está sufocada. Tornam-se ridículas as propostas de preservar o governo para negociar mu-

danças na economia. Como negociar com o desgoverno? E como pensar em remédios neste pano velho, apodrecido? O que está na ordem do dia é uma alteração profunda de rumos, que evidentemente não pode ser realizada sob a direção dos atuais detentores do poder — desmoralizados e atolados até o pescoço nos compromissos com o capital financeiro internacional.

Trata-se de consultar os interesses nacionais e populares para salvar o país. Esta solução não virá de conchavos e acertos de bastidores. Exige um novo governo, provisório, de conteúdo democrático e patriótico. E depende de um vigoroso movimento de massas, com a participação das mais amplas forças que se opõem à tutela do país pelo FMI e almejam a liberdade, tendo como base a unidade popular.

Todos os oponentistas, todas as correntes honestamente interessadas no progresso e na independência do país, todos os defensores dos direitos do povo, têm pela frente a urgência de um entendimento, mas para pôr fim ao regime militar e jamais para retocar e dar alento a esta fonte inesgotável de problemas e sofrimento para o Brasil.

Só um novo governo deste tipo, com amplo respaldo político, terá força para romper com o FMI e suspender o pagamento da dívida externa até que os brasileiros possam se pronunciar sobre o assunto: tomar medidas de emergência para melhorar a situação do povo e defender a soberania nacional; revogar as leis fascistas e garantir condições mínimas de liberdades. Só ele poderá convocar uma Assembleia Nacional Constituinte e chamar o povo, através de representantes leitosos, livremente eleitos, para debater rumos seguros para o progresso social e político do país.

A economia vai mal no império do Tio Sam

É falsa a recuperação dos Estados Unidos. Pág. 2

Sindicalismo baiano sofre ofensiva dos facistas

Prisão a perseguições contra sindicalista. Pág. 4



Sindicalistas, lideranças populares e parlamentares discutiram a situação nacional

Bloco Popular faz Encontro em Goiás

400 lideranças do PMDB presentes. Pág. 3

Oposição unida contra decreto

Foi lido, na última terça-feira, o decreto 2045 no Congresso Nacional. Na mesma sessão do Congresso todos os partidos de oposição comprometeram-se publicamente a votar contra esse decreto do novo arrocho salarial, que limita em 80% do INPC expurgado os reajustes semestrais de salário. O senador Lenoir Vargas, do PDS, fez a leitura do decreto.

Mas mesmo dentro do PDS, partido governista, está havendo resistências à aprovação da famigerada lei do arrocho. O senador Carlos Chiarelli, presidente do Movimento Trabalhista do partido dos generais, quer uma assembleia nacional do PDS para discutir o decreto. Diante disso os militares ameaçam seus próprios correligionários de partido de sustentação do go-

verno com a ameaça de que, se não for aprovado o decreto-lei 2045 "o fechamento virá de forma inevitável".

Por seu lado o líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Freitas Nobre, afirmou que as oposições estão mobilizadas "para a rejeição do decreto, pelo voto. As bancadas do PT, PDT, PTB e PMDB estão convocadas para um esforço concentrado". E o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, afirmou ser "em momentos como este que os homens públicos devem mostrar a sua dignidade perante os compromissos assumidos, mesmo com o risco da própria vida. De qualquer maneira, não acredito que a rejeição do projeto possa provocar uma desestabilização do processo político".



Darcy Ribeiro e Clara Araújo inauguram a sede da UNE

UNE inaugura no Rio de Janeiro a sua nova sede

A emocionante solenidade de entrega da sede à diretoria da União Nacional dos Estudantes, no Catete. Mais de mil pessoas presentes. Veja na página 4

A falsa recuperação da economia dos EUA

A economia norte-americana está se recuperando? Desde o começo do ano a máquina publicitária dos EUA e suas sucursais pelo mundo agora, inclusive no Brasil, não param de proclamar que sim. Já as últimas estatísticas sobre a alta dos juros bancários e a queda na construção civil apontam no rumo oposto. Afinal, como anda economicamente o Tio Sam?



O termo "recuperação" é um ardil. É fato que o produto bruto americano cresceu 3,1% no primeiro trimestre e 6,6% no segundo, em relação aos mesmos períodos de 1982. Mas entre isso e uma recuperação real, mesmo nos moldes capitalistas, vai uma grande distância. Em meados de 1982 as revistas americanas também estamparam nas suas capas que a "recuperação" começara, baseada num pequeno crescimento do produto bruto. Mas no quarto trimestre a produção voltou a cair, 1,9%. Aliás, há cerca de dez anos os capitalistas dos EUA anunciam periodicamente a "recuperação", a "luz no fim do túnel", ou até, como disse Ronald Reagan, "uma nova era de prosperidade". A crise entretanto perdura. Tem seus zig-zags, momentos de recessão, estagnação ou desafogo, mas sem sinais de recuperação a curto ou médio prazo.

Quando se analisa as causas do aumento da produção no semestre passado, constata-se que seu fôlego é curto. Ouais são elas?

A SANGRIA DOS DEVEDORES

Desde a metade de 1982 os poderosos banqueiros americanos apertaram a corda em volta do pescoço dos países endividados — em especial os superendividados, como o Brasil. A fase de muito dinheiro nos bancos para emprestar, reciclagem de petrodólares, etc., acabou. No caso da América Latina, campeão da dívida, os empréstimos estrangeiros caíram de 35 bilhões de dólares em 1981 para 11 bilhões em 1982. Enquanto os pagamentos de juros e amortizações subiram para mais de 30 bilhões!

Esse arrocho obrigou mais de 35 países dependentes a negociar suas dívidas externas, pagando juros até 3% acima das taxas do mercado mundial. Nessas negociações os americanos impuseram também verdadeiros negócios da China no comércio — como comprar petróleo mexicano com 20% de abatimento.

Ocorre que o peso da crise não desapareceu — foi simplesmente desferido sobre os países da periferia, tipo Brasil. Mergulhados numa recessão epidêmica e aguda, estes países ameaçam quebrar, carregando consigo o colosso americano que tenta se levantar às custas deles. Além disso, países falidos

e povos famintos não oferecem mercados para as exportações americanas — o que entrava a recuperação.

A INDÚSTRIA DA GUERRA

Um segundo fator que empurrou a produção americana foram os gastos do governo Reagan na corrida armamentista. Durante toda a gestão do atual presidente americano, a indústria de equipamentos militares e espacial tem crescido a altíssima taxa anual de 12%, apesar do estancamento geral da economia. O último orçamento militar pedido por Reagan, para 1984, sobe a 238 bilhões de dólares — o que representa cerca de um quinto de todo o produto nacional dos EUA nesse semestre de "recuperação".

Acontece que esse investimento na guerra é rigorosamente improdutivo. Os mísseis, aviões e submarinos não produzem riqueza, mas destruição. E o governo de Washington acumula, basicamente por isso, um assombroso déficit público de 200 bilhões de dólares. Uma máquina estatal tão pesada e dispendiosa funciona como uma bigorna

amarrada no pescoço da economia e de toda a sociedade americana, impedindo a recuperação.

Além disso, a corrida armamentista já vinha em nível acelerado, desde antes mesmo do início da crise. Essa macabra impulsão da economia americana hoje, em grande parte, é um truque esgotado.

Finalmente, influíu bastante no desempenho do primeiro semestre a taxa de juros relativamente baixa no mercado americano — estacionada em volta dos 9% ao ano, depois de ter atingido piques de até 21%. Ela facilitou a compra de casas, automóveis, eletrodomésticos e outros produtos a prazo, estimulando a produção.

Mas, lamentavelmente para a saúde econômica do Tio Sam, é justamente este fator que começa a dar sinais de esgotamento. Em julho e agosto os juros voltaram a subir. Já estão perto dos 14% e forçaram uma queda de 2,7% nas construções, em julho. O quadro se agrava ainda devido ao considerável achatamento dos salários dos trabalhadores estadunidenses ultimamente (veja o box), e à existência de 10 milhões de desempregados.

UMA CRISE ENCRAVADA

Tudo leva a crer que a crise atual — a mais longa da história dos Estados Unidos e de todo o capitalismo — está longe do fim. Certos fenômenos típicos das crises passadas, negativos mas que preparavam o terreno para a recuperação, não se verificam desta vez. Devido à monopolização extrema da economia, ainda não há uma rebaixa geral dos preços. Não acontece também uma destruição em massa de produtos estocados e até de meios de produção. Assim, a rigor, não há motivo para o trombeado otimismo em relação à "recuperação" econômica no país de Ronald Reagan. (Luiz Gonzaga).

Tio Sam arrocha salários

Uma pedra no caminho da recuperação sustentada da economia americana é o arrocho salarial. Um fato pouco comentado pela imprensa mas muito importante para se estudar o mercado interno dos Estados Unidos.

Particularmente nos últimos dois anos os grandes patrões, que concentram um enorme poder econômico, desencadearam uma operação de achatamento dos salários, muito bem sucedida. Também puderam! As grandes confederações sindicais, dominadas totalmente pelas multinacionais norte-americanas têm forçado suas centenas de milhares de membros a aceitar cortes nos salários.

Um exemplo marcante aconteceu com o último acordo firmado

entre 263 mil metalúrgicos, que trabalham para as sete maiores siderúrgicas americanas. A partir de março, e durante 41 meses, os operários aceitaram uma redução de 9% em seus salários.

Essa atitude tem se repetido entre os trabalhadores da indústria automobilística e de todo o setor mais antigo da indústria. Nos setores de alta tecnologia, militar e computadores por exemplo, os salários ainda estão tendo aumento real.

O arrocho salarial, seja no Brasil ou nos Estados Unidos, é um fenômeno que traz recessão, mais cedo ou mais tarde. O que está acontecendo agora com os operários americanos não acontece há mais de 20 anos.



Uma rua de Santiago, após os protestos contra a ditadura de Pinochet

A repressão sangrenta contra o povo chileno

A quarta jornada de protesto contra o regime do sanguinário general Pinochet, no Chile, transformou-se num autêntico banho de sangue, devido à bárbara repressão governamental. O saldo, ainda parcial, do massacre é impressionante: quase 300 mortos, mais de 100 feridos e 1500 presos. Mesmo assim os protestos se estenderam por quatro dias.

A ditadura chilena quis combater a jornada com duas táticas diferentes. Tentou esvaziá-la com o anúncio de algumas mudanças de fachada, no estilo da "abertura" do Brasil. E tentou intimidá-la com a violência mais gratuita e cruel.

REFORMA DE GABINETE

Na véspera do protesto Pinochet fez uma ampla reforma no seu gabinete. Deu, pela primeira vez, a maioria das pastas a civis. O novo ministro do Interior, Sérgio Jarpa, admirador do nazismo na sua juventude, anunciou o reinício das atividades políticas dentro de três ou quatro anos (!), com eleições parlamentares e partidos "grandes e estáveis". Com essa manobra visava esvaziar as crescentes mobilizações da oposição e romper com o isolamento do governo fascista de Pinochet.

No mesmo discurso em que anunciou a reforma ministerial, Pinochet avisou que manteria 18 mil soldados ocuparem o centro da capital, para evitar os protestos. De antemão responsabilizou a oposição pelas mortes que iriam ocorrer. Decretou, ainda, toque de recolher em Santiago, das 18h30 às 5h30 da manhã. As primeiras mortes ocorreram na própria véspera do protesto, no bairro operário de Lo Hermita. Um grupo de populares recebeu com protestos uma patrulha militar, e foi metralhado.

CONCILIAÇÃO RECUSADA

De mesmo assim a jornada de luta ocorreu. Até mesmo os

setores moderados e centristas recusaram a proposta de conciliação, e chegaram mesmo a formar uma "Aliança Democrática". Encabeçada pela Democracia Cristã, esta "Aliança" exige a renúncia de Pinochet, formação de um governo de transição, e eleições gerais num prazo máximo de 18 meses.

A jornada de protesto teve um caráter acentuadamente político, exigindo o fim do regime militar. A capital amanheceu militarmente ocupada. Grupos de manifestantes desafiavam os militares, com comícios relâmpagos aos gritos de "pão, trabalho, justiça e liberdade" e "salvate a ditadura militar". Bombas e tiros de metralhadora eram as respostas dos milicos. Pedestres chamavam de "assassinos" as forças repressivas. No campus da Universidade do Chile, os soldados dissolveram as manifestações com bombas e cassetetes. Na escola de medicina o estudante Alejandro Hernandez morreu metralhado pelos soldados.

"CACEROLAZO"

À noite iniciou-se o tradicional "cacerolazo", com as pessoas saindo às ruas e batendo nas panelas vazias, como sinal de protesto. Com a chegada dos militares, o povo simplesmente continuava o "cacerolazo" dentro de casa. Diante disso, principalmente nos bairros operários, os militares assassinos começaram a atirar para dentro das próprias casas. Grande parte dos mortos é composta,

precisamente, por crianças abatidas dentro de suas residências durante a sanguinária orgia repressiva.

O trágico saldo de vítimas só fez agravar a revolta geral, que continuou com ações de protesto nas "poblaciones" e na universidade até segunda-feira, 15 de agosto. Em especial os enterros das vítimas se transformaram em novos e violentos confrontos entre os populares e a repressão. No seu saldo político, a jornada deixou o regime inteiramente acuado. Tanto que no início desta semana o ministro do Interior defendeu com grande alarde a necessidade do "diálogo".

PROTESTOS MENSIAIS

Mas o descontentamento do povo é tamanho que a proposta foi recusada até mesmo pelo moderado presidente da Democracia Cristã, Gabriel Valdez, peça chave para a viabilização de negociações com o governo. Valdez afirmou à imprensa que o regime nunca cumpriu as suas promessas. "O governo", disse ele, "quer é se manter, a todo custo, até 1989, contra a vontade da imensa maioria da nação que mensalmente protesta".

BÓIA DE NEVE

De fato, as jornadas mensais de protesto são uma forma muito criativa e eficiente de luta elaborada pela oposição chilena. Como uma boia de neve descendo a montanha, este processo vai jogando contra o regime, através de confrontos periódicos sucessivos, cada vez mais amplos de setores da sociedade, e adquire conotações políticas cada vez mais avançadas. A primeira jornada de luta ocorreu dia 11 de maio. E, desde então, todo dia 11 de cada mês o Chile é convulsionado por manifestações populares de oposição. E pela repressão sangrenta. (Luiz Fernandes).

Contra a agressão à América Central

O Comitê de Solidariedade à América Central e Caribe, juntamente com os partidos de oposição, entidades sindicais, estudantes e populares, realizou um ato de protesto em São Paulo dia 24, contra a agressão militar do governo

norte-americano à Nicarágua. O ato público será nas escadarias do Teatro Municipal. Neste dia também será entregue ao convulsionado americano um manifesto de repúdio contra mais esta intervenção belicista do governo Reagan,

assinado por diversas personalidades e entidades democráticas. Este ato servirá para mostrar o apoio do povo brasileiro à luta dos nicaraguenses e dos outros povos centro-americanos contra a opressão imperialista.

Guerra divide o Chade em dois

A guerra do Chade continuou rugindo na semana que passou, deixando o país praticamente dividido em dois. A cidade estratégica de Faya Large? no norte, caiu mesmo em mãos dos "rebeldes" de Goukoni Ueddei, que lutam contra o governo pró-ocidental do presidente

Habre, com apoio da Líbia. As tropas governamentais tiveram que retirar para o sul, deixando o controle para Ueddei. O futuro da guerra, neste momento, depende da decisão dos rebeldes, que podem avançar em direção à capital N'Djamena no sul.

O governo francês tem ampliado sua participação no conflito. O número total de soldados franceses no Chade já chega a quase mil, supostamente servindo como "assessores" para um exército que tem 4 mil soldados. Os franceses já se deslocaram para a localidade de Sahal — 350 km ao norte da capital — e para Abeche, a 670 kms a nordeste. Terão estabelecido uma linha de defesa que detenha o possível avanço das forças de Ueddei para o sul. Reagan vem pressionando a França no sentido de se envolver mais energeticamente no conflito. O Zaire também já enviou 2 mil soldados para defender Habre.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA GUERRA

O grau de internacionalização do conflito poderá aumentar muito com o avanço dos "rebeldes" para o sul. Nesse caso o envolvimento direto das tropas francesas nos combates será inevitável. Por seu lado o governo líbio iniciou uma ofensiva de negociações de paz, e inclusive insinuou aceitar a nomeação de um terceiro chefe de Estado que não seja Ueddei. O próprio Habre admitiu que teve contato com a Líbia nos últimos dias para buscar algum acordo que cesse a guerra. De qualquer forma, o ambiente permanece tenso e merece a atenção de todos os povos do mundo. Os americanos estão intervindo diretamente no conflito com sua enorme frota e provocações armadas contra a Líbia.

Social-imperialismo francês

Durante a primeira Guerra Mundial, o dirigente revolucionário proletário V. I. Lênin chamou o termo "social-imperialista" para caracterizar os partidos traidores da Segunda Internacional. Eram socialistas nas palavras, mas imperialistas de fato, já que defendiam a participação ativa na guerra imperialista.

A posição do governo Mitterrand no conflito do Chade é um exemplo atual deste mesmo "social-imperialismo", denunciado por Lênin.

para a África Central, o imperialismo francês continuou controlando o grosso do comércio do Chade. A moeda local é unicamente conversível em moeda francesa e faz parte da chamada "Zona do Franco", na África. Os próprios bancos do Chade permanecem como meras filiais dos bancos franceses, forçando os produtores agrícolas a financiarem neles sua comercialização; 87% da indústria do Chade é dominada por empresas estrangeiras, a maioria francesas.

Por tudo isto a França sempre interveio de perto na região, em defesa de seus interesses. Como em 1978, quando Giscard d'Estaing invadiu o Zaire e o Chade. Na época o Partido Socialista e o próprio François Mitterrand fizeram pesadas críticas à intervenção. Agora, que Mitterrand concentra o poder em suas mãos, a França invade o Chade. Esta é a lógica hipócrita do social-imperialismo francês.

Assine a Tribuna Operária!

"Todos aqueles que lutam pela liberdade de pensamento e expressão, pelo fim da censura, têm na Tribuna Operária um grande referencial. Este jornal se mostra hoje como um importante instrumento que temos para a conquista das mais amplas liberdades políticas em nosso país".

Kleiton Ramil, da dupla de música popular Kleiton e Kleidir.



Kleiton: "um grande referencial"

Desejo receber em casa a Tribuna Operária. Envio anexo cheque nominal à Editora Anís Garibaldi Ltda., Rua Adoniran Barbosa, 53 (antiga Trav. Brigadeiro Luiz Antônio) — Bela Vista — São Paulo, SP CEP 01318.

1) Anual de apoio (12 edições) — Cr\$ 10.000,00
 2) Anual comum (12 edições) — Cr\$ 5.000,00
 3) Semestral de Apoio (6 edições) — Cr\$ 2.000,00
 4) Semestral comum (6 edições) — Cr\$ 2.500,00

Exterior, anual — 70 dólares

Nome: _____
 Endereço: _____
 Cidade: _____
 CEP: _____
 Estado: _____
 Telefone: _____
 Profissão: _____
 Data: _____

O impasse da dívida externa

Começa a renegociação global da dívida externa do Brasil. Sem petróleo, sem dinheiro no caixa do Banco Central, com pagamentos atrasados se aproximando dos 3 bilhões de dólares, com o dólar no câmbio negro a 1300 cruzeiros (o dobro do oficial), nosso país vive seus momentos mais difíceis. Delfim Netto volta à Europa, de jeolhos, para implorar um aval do FMI (uma humilhante autorização) para novos empréstimos!

Em novembro o Brasil tinha 3 bilhões de reservas em caixa; agora, além da caixa vazia, tem pagamentos atrasados acima de 2 bilhões. Tínhamos uma inflação em torno de 100%; agora ela passa dos 160%. O dólar oficial estava em torno de 200 cruzeiros; hoje, ultrapassa os 650. Nosso estoque de petróleo era suficiente para mais de 55 dias, agora não chega para dez, talvez menos.

A esta situação nos levaram os acordos com o FMI e a desastrosa política entreguista e recessiva de Figueiredo. Os acordos afundaram ainda mais nossa economia, levando agora a um impasse. Precisamos de mais de 10 bilhões de dólares para pagar os juros e as prestações da parte principal da dívida, ainda para 1983. E só temos 6 bilhões de dólares, provenientes da balança comercial.

Para 1984 a coisa piora ainda mais: precisaremos de mais de 20 bilhões de dólares para pagar juros e amortizações, e ainda nem se sabe os recursos disponíveis.

A raiz imediata dos problemas de caixa está nas pressões do FMI e de todo o sistema imperialista ocidental. Descontentes com os resultados obtidos pelo governo Figueiredo, o FMI suspendeu a segunda parcela dos empréstimos negociados na primeira Carta de Intenções, no fim de 1982. Os banqueiros, uma máfia bem orquestrada, também suspenderam a segunda parcela dos grandes empréstimos assinados em 1982. Esta manobra que está levando ao que chamam de Fase 2 da renegociação da dívida externa.

FASE 2 SO PODE FRACASSAR

Entramos na Fase 2 não como uma evolução natural ou como um progresso nas negociações. O que houve foi o fracasso da primeira fase. E como a política sugerida agora é a mesma, o fracasso será ainda maior.

O país mudou muito nessa primeira fase dos acordos. Está mais fraco com menos recursos, o governo desmoralizado. A recessão tomou conta dele e até já começa a faltar petróleo em algumas cidades brasileiras. O governo e o FMI definem

novas metas que conflitam ainda mais com a realidade. A meta de 50% para a inflação de 1984, por exemplo, parece até provocação. Outra quimera é o anúncio de superávit na balança comercial, calculado em 9 bilhões de dólares. Mas, como, se o mercado mundial sofre pesada queda, dificultando as exportações brasileiras? Como aumentar nosso superávit, se para isso está sendo usado o método de cortar as importações, o que paralisa a economia e impede um avanço prolongado das exportações?

Enfim, os novos acordos chegam a um impasse: por um lado o Brasil todo se levanta contra a recessão e os acordos com o FMI (veja o box); e por outro, os próprios banqueiros estão insatisfeitos com Figueiredo, que já não tem maioria no Congresso e perde rapidamente sua base social.

AGONIA PROLONGADA

Foi nesse clima de novela trágica que foi anunciada a viagem de Delfim, tentando obter o apoio do FMI para a nova fase. Na última terça-feira Galvêas admitiu que o governo estaria preparando uma nova rodada de negociações. Tentaria obter um prazo de oito anos, com três de carência, para uma parcela da dívida de 5 bilhões. No entanto os juros continuariam a ser pagos integralmente.

Fala-se na imprensa internacional que os banqueiros estão articulando um plano mais global de renegociação, que envolveria um certo alívio durante três ou quatro anos. Mas para isso a equipe econômica, teria que ser substituída por um super-negociador — um nome citado é o do famigerado Roberto Campos — e seriam necessárias grandes concessões ao capital estrangeiro. Além disso os juros continuariam sendo pagos.

Mas os juros já equivalem a mais da metade de nossas exportações, e as taxas aumentam cada vez mais. Prolongar os prazos da dívida é o que tem sido feito até agora, e a dívida só aumenta. E aplicar uma política recessiva cria o impasse atual: uma dívida cada vez maior, a economia do país cada vez menor.



Invasão do campus universitário de Assis: outra violência que o secretário de Segurança não esclareceu

Em questão a selvageria repressiva em São Paulo

Manoel Pedro Pimentel, o secretário de Segurança, é hoje talvez o mais impopular componente do governo Montoro. Dia 11, na Assembleia Legislativa, ele viu-se num aperto para explicar as violências na repressão a manifestações populares e o "canal aberto" que se criou entre a PM e a Polícia Federal, segundo o superintendente desta, Romeu Tuma.

Também a Comissão de Justiça e Paz, ainda este mês, pronunciou-se com energia contra a volta das incursões policial-militares na periferia, executadas pela Rota — um corpo da PM, ditado de elite, que celebrou-se por matar um cidadão por dia. Criticando a polícia "que espalha a todos, indistintamente, o teor e a intranquilidade", a CJP lembra os casos, "tão dolorosamente conhecidos, de invasão de domicílios, tiroteios não explicados, torturas e assassinatos".

Dentro da própria bancada estadual do PMDB a ação da Secretaria de Segurança gera uma grande "perplexidade" — na avaliação do deputado Benedito Cintra. Mesmo no Secretariado de Montoro levantam-se vozes de repúdio e advertência, como na famosa reunião que realizou-se às vésperas da greve geral. Sabe-se que até o governador Montoro, em público ou em privado, sente-se pouco à vontade para defender o doutor Pimentel.

"A LEI, CERTA OU ERRADA"

No dia 11, embora dizendo não ter "nada a esconder", não esclareceu grande coisa. Cego para a situação de crise aguda e anormalidade do país, surdo para os reclamos dos democratas e sobretudo do povo trabalhador, Pimentel escondeu-se atrás de uma visão acadêmica do problema. "Ajo dentro da lei, porque dentro da lei, certa a lei, ou errada a lei, é a lei. E eu cumprio a lei", disse. Reduziu o "canal aberto" PM-PF a um problema técnico de divisão de atribuições. E procurou justificar as centenas e centenas de prisões e cercas de pessoas que simplesmente colavam cartazes ou vendiam jornais, dizendo tratar-se de prisões em flagrante mas sem esclarecer de que crimes se tratava.

Resta saber até quando a ação repressiva antipolicial da polícia continuará a comprometer a obra e a imagem do governo Montoro. Para Benedito Cintra, a polícia, num governo democrático, tem a função de "garantir exatamente as manifestações de caráter democrático e cercar as de caráter fascista". E isto a polícia do doutor Pimentel está longe de fazer.



O secretário: meio de "pela-união"

Idéias do dr. Pimentel

- "Meu único parâmetro é a lei, e meu único objetivo é a segurança pública".
- "Não tenho nada a esconder".
- "É muito difícil, hoje, conseguir alguma notoriedade a não ser de fatos que me possam levar ao pelourinho da opinião pública".
- "Não conheço de nada de polícia".
- "Não sei quanto tempo vou ficar nesse cargo".
- "Nos vinhamos sendo acusados pela área federal de não estarmos cumprindo corretamente o nosso dever".
- "Reclamei várias vezes e muitas vezes disse, inclusive ao deputado José Gregório este sozinho e este isolamento não é justo".
- "Ninguém manda em mim".
- "Não faço política".

A "sabatina" foi praticamente monopolizada pela bancada estadual do PT, de onde partiu a iniciativa de convocar o secretário de Segurança. Porém a perplexidade, a insatisfação e a revolta com o comportamento da polícia de São Paulo vão muitíssimo além dos acañados limites do PT, sobretudo depois do levante dos desempregados, em abril, e da greve de 21 de Julho. O cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Evaristo Arns, tem posição conhecida a respeito, considera inadmissíveis as violências contra a população. "Ela — diz — foi tratada com violência durante muito tempo e essa violência foi verificada em vários aspectos: no da repressão e nas surpresas das medidas sobre as quais não foi avisada".

Bloco Popular do PMDB realiza Encontro em Goiás

O Bloco Popular do PMDB de Goiás realizou no dia 14, em Goiânia, o seu I Encontro Estadual de Lideranças, que contou com a presença de cerca de 400 lideranças políticas, sindicais, populares e estudantes de 22 municípios do Estado. Num amplo debate foi condenada a atual situação política-econômica do país, responsabilizando o regime militar.



400 lideranças participaram do Encontro do Bloco Popular de Goiás

Entre os participantes estavam presentes 26 dirigentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, 26 Sindicatos Urbanos, 83 presidentes e diretores de entidades estudantis, 25 dirigentes de Associações de Bairro e 15 parlamentares da capital e do interior, entre vereadores e deputados estaduais e federais, e o prefeito de Aragarças, Hélio Fernando.

Para mudar esta situação o trabalhador rural, o operário, o estudante, a dona-de-casa e os demais trabalhadores precisam se unir para conquistar um novo governo de democracia e liberdade.

esse regime anti-nacional e anti-popular".

Ao final do Encontro foram tomadas resoluções sobre a atual situação política. O Bloco Popular se comprometeu a intensificar a campanha por eleições diretas para presidente da República, realizando encontros, palestras e comícios. Também foi aprovada uma proposição para que a Direção Regional do PMDB crie uma comissão de mobilização pelas eleições diretas, fixando um calendário de atividades. O Bloco Popular repudiou veementemente o decreto-lei 2.045 e propôs que o PMDB do Estado articule uma marcha a Brasília para pressionar o Congresso Nacional a votar contra esse decreto que atirava ainda mais os salários (da sucursal)

Na sua abertura, o coordenador Estadual do Bloco, deputado federal Aldo Arantes, afirmou que é preciso "combater a proposta de conciliação nacional que visa marginalizar o povo das decisões políticas e econômicas do país. A mobilização popular é a única forma de conquistar eleições diretas para presidente da República". Já o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dianópolis, Inácio José Cardoso, disse que a saída para a



Humorístico: Elio

Empresários querem o fim da recessão

No dia 11 foi lançado um manifesto de 12 grandes empresários brasileiros, posicionando-se contra a política recessiva para o Brasil. Apesar de sua linguagem cautelosa, marca o rompimento de importantes setores do empresariado com a política do FMI aplicada pelo governo. O documento, apesar de fraco, aumenta o isolamento do regime.



Emílio: "temeridade"

CRISE ENTRE MONOPOLISTAS

Quem estiver procurando soluções profundas para a crise não se encontrará no documento. Afinal ele foi elaborado pelos representantes da burguesia monopolista, que propõe no fundo uma "frangosão amigável" com os banqueiros internacionais. A importância do manifesto está mais na coisa que se desenvolve no seio da própria camada da alta burguesia brasileira.

Não é atoa que arqui-entreguistas como Mário Garrone e Luis Eulálio Bueno Vidigal (presidente da Fiesp) não assinaram o documento. Estes são homens pessoalmente ligados às multinacionais, e interessados diretos na política do FMI para o Brasil.

O documento propõe o endurecimento em relação aos banqueiros e governos internacionais. O contrário do que o governo vem fazendo. A política governamental é cada vez mais dura para o povo e mais



Vidigal: não assinou

ameixa para o capital internacional.

O descontentamento com a situação do país é tão grande que já inclui mesmo as próprias hostes gomeístas. O ultrareacionário jornal "O Estado de São Paulo", defensor intransigente do imperialismo, afirma em editorial que "o movimento de março de 1964 foi traído". E vai mais longe: acusa o general Figueiredo de ser "instrumento da Coisa Nossa" (como o jornal chama a "confraria de malfiteiros que havia defraudado o ideal democrático de 1964").

Até o general Geisel queixava-se de que o "João que foi por mim indicado para a presidência da República não é o homem que hoje está na chefia do governo". E o general Golbery, um dos articuladores do golpe de 64, distribuiu entre determinadas autoridades cópias de sua entrevista onde afirma que "Figueiredo não tem saúde nem gosto pelo governo".



Geisel: "não é o mesmo João"



Depois de 19 anos a UNE voltou a ter uma sede própria, recebendo a presença de muitos populares.

Inaugurada no Rio a nova sede da UNE

No dia 11 de agosto a União Nacional dos Estudantes (UNE) deu um passo fundamental na luta pela sua oficialização. Foi inaugurada na rua do Café, no Rio de Janeiro, a sua nova sede, próxima ao antigo prédio demolido pelo regime militar em 1980. Personalidades democráticas e políticos de vários Estados foram prestigiar a solenidade.

Para quem viu a UNE ser barbaramente perseguida pelo regime militar nestes 19 anos, a inauguração da nova sede foi uma cena singular e emocionante. O prédio fica localizado perto do local da antiga sede, na praia do Flamengo, que foi demolido em 1980. A expectativa geral de amplos setores da sociedade carioca é que a sede da UNE se transforme logo no grande centro político e cultural do Estado.

Aliás, a própria inauguração do dia 11 já foi uma prova disso. Com as bandeiras da UNE e da UBES hasteadas na entrada, centenas de populares circulavam pelas dependências desde manhã para conhecer a "sede dos estudantes". Muita gente de idade, que teve algum contato com a UNE nos seus 46 anos de luta, trazia seus filhos para conhecer a sede com lágrimas nos olhos.

PERSONALIDADES PRESENTES

Às 17 horas, início da solenidade, mais de 1500 pessoas lotavam o local, transbordando para a rua que teve de ser fechada para o trânsito. A cerimônia de inauguração foi realizada em frente ao prédio, decorado com bandeiras de todos os Estados do país e das entidades estudantis.

Um número imenso de personalidades compareceu para prestigiar a UNE. Estava lá o compositor Carlos Lyra, que junto com Vinícius de Moraes foi o autor de hino da UNE. Estiveram presentes também os cantores e compositores Sérgio Ricardo e Ney Matogrosso.

Usaram da palavra representantes de todos os partidos de oposição, o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, o representante da OLP Farid Sawan, Darcy Ribeiro, representando o governador Leonel Brizola, Jávier Alfaya e outros ex-presidentes da UNE e representantes estudantis. Também estavam presentes os presidentes da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

O discurso mais vibrante e aplaudido foi do deputado federal e ex-presidente da UNE em 1966-67 José Luiz Guedes, que falou em nome do PMDB. Um outro ex-presidente da UNE, em 1943, Hélio de Almeida, relatou pormenorizadamente como ele comandou a ocupação da antiga sede expulsando de lá os nazistas do Clube Germânia. (da sucursal).

UEE-SP contra os aumentos

Os estudantes de São Paulo têm feito intensas mobilizações este ano, seja contra os aumentos nas anuidades, seja pela democracia nas universidades. A União Estadual dos Estudantes (UEE) tem se destacado nestas lutas e por isso entrevistamos seu presidente, Flávio Dias Patrício, representante de um terço dos universitários do país.

TO. São Paulo e onde a luta dos estudantes contra os aumentos das mensalidades está com maior vigor. Qual a causa disso?

Flávio. Em primeiro lugar por causa da concentração. Aqui se concentra o maior número de escolas pagas. São 450 mil estudantes universitários no Estado, e desses 85 mil estão em escolas públicas. O restante frequentam escolas pagas. Em segundo lugar, a maioria dos estudantes das escolas pagas trabalha durante o dia para pagar as anuidades. São bancários e funcionários públicos, em sua maior parte. E o arrocho salarial e a política econômica atingiu em cheio estes estudantes.

Quanto aos fatores mais subjetivos, é que existe uma maior experiência de luta nas escolas pagas em São Paulo do que nos outros Estados. O nível de organização influíu também, que aqui nas escolas pagas é também maior. Um outro fator foi a orientação dada pela UNE e UEE no Estado. Na medida em que nós implementamos esta orientação, ela deu certo.

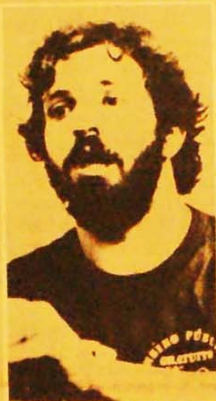
TO. Dia 11 houve uma passeata até o prédio do MEC com uma grande presença de estudantes, como há tempos não acontecia. O que houve de novo nessa manifestação?

Flávio. A diferença de qualidade que essa manifestação teve foi a grande participação das escolas pagas isoladas. Nas outras manifestações havia quase que só a presença das escolas públicas, como a USP. Para o conjunto dos estudantes foi um confronto maior com o MEC. Até então a luta se dava dentro das escolas contra os seus diretores. E dia 25 os estudantes estarão novamente se manifestando, em frente ao MEC, pela suplementação de verbas e para que nenhum estudante fique fora das escolas.

TO. A UEE e o DCE da PUC levaram o Secretário da Educação até a PUC, dia 15, para ser o mediador nas negociações entre estudantes e a reitoria. Qual o estado desta visita?



Manifestação dos estudantes no dia 11, em frente ao MEC



Flávio: "ninguém fora da escola"

Flávio. A ida do Paulo de Tarso (Secretário da Educação de São Paulo) à PUC mostrou um compromisso do governo do Estado com as reivindicações dos estudantes. Foi o primeiro saldo político. E o ponto mais importante da visita do Paulo de Tarso foi quando ele se comprometeu com a luta da comunidade universitária contra a política educacional do regime.

TO. Hoje o movimento estudantil está unificado na luta das escolas pagas?

Flávio. Atualmente existe uma unidade. As ações dos estudantes nas escolas pagas são quase iguais em todas elas. E o que mais unificou os estudantes das escolas pagas foi a nossa bandeira de luta de "nenhum estudante fora das escolas". Ela é mais radical e mais objetiva do que o próprio congelamento. Tem muito estudante que não pode pagar mesmo congelando as anuidades. Porque esta bandeira unifica? Porque a principal contradição dentro da escola não é tanto o aumento, mas o problema do estudante ter que deixar de estudar.

TO. Como está a luta pela legalização da UEE?

Flávio. Vamos entrar com um pedido de legalização junto ao Cartório do 6º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas. E também entrar com uma ação rescisória para reaver o registro de 1949, quando ela foi registrada pela primeira vez.

Nada justifica operário em luta contra operário

As tentativas de sabotagem do Conclat e divisão do movimento sindical não podem ser vistas como questão menor, em torno deste ou daquele item do regimento interno, sobre este ou aquele problema sindical. Esta batalha deve ser considerada do ponto de vista mais geral da luta de classes e de seu rápido acirramento com a evolução da crise.

A burguesia não fica passiva diante do crescimento político do proletariado que, com as manifestações contra o desemprego no mês de abril, na Zona Sul de São Paulo, e com a recente greve geral mostra sua força e abre espaço no cenário nacional. Em abril o jornal O Estado de S. Paulo já refletia o ódio burguês contra a classe operária derramando seu veneno contra o Partido Comunista do Brasil e caluniando a luta dos desempregados. E por todo lado começou-se a ouvir o alarido dos políticos das classes dominantes contra a ameaça de convulsão social.

Os poderosos sentiram a necessidade de colocar em campo novas forças para defender o regime. Com os velhos métodos não foi possível impedir a greve geral. E não conseguiram sufocar a ideia de uma Central Única. Agora temem que a realização de um Conclat unitário e representativo resulte num novo e vigoroso impulso do movimento operário e popular. Apavoraram-se com o avanço do proletariado para ocupar seu lugar de vanguarda revolucionária diante da crise em que o sistema se debate.

Velhos e desgastados pelegos são levados a uma "receiagem". Apoiam certas bandeiras populares e até colaboraram na greve geral — para se colocarem à frente do movimento que não pode ser conti-

do e tentar desviá-lo para o rumo moderado. Alguns revelaram que o objetivo era fazer da greve instrumento para uma negociação com o governo. Os revisionistas do PCB, sempre colados aos pelegos, foram ainda mais longe: ficaram contra a greve, porque ela poderia atrapalhar as negociações!

Com a aproximação do Conclat, todos os oportunistas entram em ação — não para defender os interesses maiores da classe operária mas para disputar a hegemonia para o seu "grupo". A social-democracia investe milhares de dólares na Anampom, em conchavo com os trotskistas e com apoio de setores da Igreja, para promover o plurisindicalismo. Pelegos e reformistas tentam substituir as articulações intersindicais, e a Pró-CUT, por um acerto de cúpula entre Federações e Confederações. Cada um busca a sua central sindical. E tratam de apressar seus planos porque sabem que o tempo favorece a rearticulação da unidade.

Por trás desta atividade — direta ou indiretamente — está a estratégia do imperialismo de dificultar ações de maior envergadura do proletariado.

A crise econômica e política precipita-se aceleradamente. Nesta situação a unidade do movimento sindical é questão de vida ou morte para a classe operária. Existem certamente divergências no movimento sindical. Mas não existe nada que justifique a luta de trabalhadores contra trabalhadores. Toda atividade exclusivista e divisionista só pode merecer o mais completo repúdio dos trabalhadores, dos dirigentes sindicais honestos e dos líderes comprometidos com o povo. Os que impensadamente foram levados a posições que favorecem a divisão têm que lembrar de sua classe e voltar a defender a unidade contra a exploração. (Rogerio Lustosa)



Sindicalistas da Bahia vítimas de ofensiva fascista

A secretária do Sindicato dos Têxteis da Bahia, Maria Elizete de Souza, além de Henrique Santana e Iglesias Caballero, assessores dos vereadores Agenor Oliveira e Lidice da Mata, foram presos violentamente na noite do dia 16 de agosto por 28 soldados da PM, quando propagandeavam a campanha salarial da categoria.

A viatura "dragão 4" do 8º batalhão da PM, comandada pelo Sgt. Figueiredo, empreendeu verdadeira caçada às pessoas, inclusive atraindo no carro em que estavam e furando o pneu. Depois cercaram o veículo de metalhadoras em punho.

Os presos foram ofendidos e agredidos. Elizete foi revistada de forma desrespeitosa. Depois os soldados jogaram tinta sobre o corpo de todos os detidos e os levaram para a Polícia Federal, onde foram liberados, após identificação.

O Sindicato entrou com um processo responsabilizando a PM por tentativa de homicídio, sevícias e prisão ilegal.

No dia anterior, no Pólo Petroquímico de Camaçari, tinham sido presos Nilson Bahia e Salvador Brito, respectivamente presidente e tesoureiro do Sindicato dos Petroquímicos, também quando faziam campanha salarial.

Estas ações fazem parte de uma ofensiva fascista, dirigida pelo Secretário de Segurança, Cel. Antonio Bião Luna, contra o movimento popular e sindical. O Cel. Bião é ex-participante do DOI-CODI e ex-torturador de presos políticos — torturador pessoalmente Teodomiro Braga e Paulo Pontes. Vários parlamentares, inclusive a vereadora Jane Vasconcelos, já pediram a sua demissão, pelo recrudescimento assistido da violência policial, desde que foi empossado.

Barrar o divisionismo

A realização exitosa da reunião do dia 13, que reafirmou a Comissão Nacional Pró-CUT como órgão dirigente intersindical, representou um avanço para a manutenção da unidade dos trabalhadores. A reunião foi razoavelmente representativa e as decisões foram tomadas por ampla maioria.

O novo passo é a regulamentação do artigo 8 do regimento interno, que trata da participação de delegados das categorias onde a diretoria do Sindicato boicota o Conclat. A negociação sobre este item, estabelecendo uma forma concreta de fiscalização, tornou-se uma necessidade devido às manipulações provocadas pelos dólares da Anampom no Conclat da Bahia e à tentativa de repetir a dose no Enclat de Minas Gerais.

NÃO AO PARALELISMO

Este artigo tem a função de permitir a incorporação ao Conclat de trabalhadores mantidos à margem por direções sindicais imobilistas, pelegos empedernidos ou até policialescos. Representa uma pressão justa para quebrar as barreiras que em grande parte ainda são mantidas devido ao regime de arbítrio que impera no país. Mas não se admite que sirva como porta de entrada do paralelismo sindical — repudiado várias vezes mas ainda atuante. O uso do artigo 8 deve ser portanto, rigidamente regulamentado para garantir a representatividade e a livre escolha dos delegados. E para evitar que esta norma se transforme no arrimo daqueles que pretendem substituir a ação sindical pela batina clerical e as sacristias.

Regulamentar este item significa exigir de fato que sejam cumpridas as exigências, provando a recusa da



direção sindical de participar do Conclat e a consequente realização de reuniões representativas da categoria para tirar os delegados. Ou seja: abaixo-assinado exigindo da diretoria a convocação de assembleia; realização da assembleia com a presença da intersindical local em caso de recusa da diretoria; atas desta reunião e reconhecimento dos nomes dos delegados pela intersindical. Este controle é particularmente necessário na área rural, onde é mais fácil a fraude e onde já se comprovou esta prática.

Outro problema é impedir que nas Associações se promova a dupla representação e o paralelismo. É de se esperar que novos setores profissionais se incorporem ao movimento sindical. Mas também isto não pode servir para contrabandar delegados na base do dólar, visando o controle exclusivista do movimento sindical por uma corrente sindical.

Solucionados estes problemas, estarão criadas as bases mínimas para um Conclat unitário e representativo. E para a escolha de uma nova direção intersindical que contemple as forças representativas do movimento sindical sem exclusivismo e sem sectarismo. Mais do que isto, para que os sindicatos discutam e encaminhem suas lutas de forma unificada. (R. Freitas)

Viração faz acampamento em São Paulo

Nos dias 27 e 28 será realizado no Centro Municipal de Campismo (Cemucam), em São Paulo, o I Acampamento Estadual da Viração. Durante os dois dias serão realizados debates, shows, com cantores da música popular brasileira, grupos de teatro e uma festa. Cleonice, uma das coordenadoras, afirmou à Tribuna Operária que a aceitação entre os estudantes "é muito grande, porque é uma coisa que interessa muito à juventude. Os jovens sentem falta destas atividades recreativas culturais".

Muitos professores estão também se interessando por este movimento. Os estudantes contam com o apoio de alguns deputados estaduais e da Secretaria de Esportes e Turismo. A Viração é uma tendência do movimento estudantil que tem como uma das suas preocupações realizar atividades como estas do acampamento, para que amplie mais a participação da juventude. Renato Ramos, um dos organizadores do acampamento, explica que "a percepção é ter um acampamento todo ano".

João Cláudio de Sena ressalta que um dos objetivos da Viração é atrair o maior número possível de estudantes, onde possam trocar ideias e saber o que os jovens estão pensando. "O lazer e a cultura estão no dia a dia dos jovens. Além disso achamos que os estudantes devem discutir os problemas do país". João Cláudio acrescenta: "É isso que nós pretendemos com este acampamento promovido pela Viração".

Trabalhadores mineiros apóiam adiar o Conclat

Foi realizado em Minas Gerais, no último fim de semana, o III Encontro das Classes Trabalhadoras do Estado (III Enclat), o primeiro Encontro após o impasse da reunião do dia 7, da Comissão Pró-CUT. Teve grande representatividade e combatividade, defendendo a unidade do movimento sindical e o adiamento do Conclat.

No início dos trabalhos o plenário já aplaudia a primeira vitória do Enclat: a presença de 109 entidades e 567 delegados. Na composição se destacavam todos os principais sindicatos operários do Estado e uma significativa participação de trabalhadores rurais, através de 31 sindicatos.

DIVISIONISMO DESMASCARADO

Outra vitória, também no início dos trabalhos, foi o desmascaramento dos já nacionalmente conhecidos defensores do parcelamento sindical, hoje agrupados na Anampos. Vários oradores, todos ligados a grupos do PT, defenderam a entrada de 27 "delegados eleitos em assembleias de base, assistidas por Sindicatos locais e legítimos representantes de suas categorias neste encontro". Mas a verdade veio em seguida: A Comissão Organizadora do Encontro examinou as atas destas assembleias. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uberaba, que assinava as atas, afirmou que não assistiu assembleia alguma, mas que foi procurado em casa para assiná-las. O presidente da Federação dos Trabalhadores



Celso: contra a divisão

na Agricultura, André Montalvão, em nome da Comissão, denunciou várias fraudes, como a mentira da assembleia ter sido realizada na sede da Federação em Uberaba, etc.

Sob muitos aplausos e a palavra de ordem "abaixo a divisão e o dólar do patrão", Montalvão condenou com firmeza a manobra: "Os trabalhadores repudiam aqueles que levam na brincadeira as importantes e sérias tarefas do movimento sindical".

CAMPANHAS DE LUTA

O III Enclat-MG surge sob a necessidade da unidade do movimento sindical. Unidade que deverá ser referendada no decidido compromisso em levar à frente as lutas colocadas na ordem do dia pelos trabalhadores, de campanhas

a serem vigorosamente assumidas e de objetivos a serem permanentemente perseguidos", dizia um trecho do documento assinado pelo presidente do Sindicato dos Médicos, Célio de Castro, que foi discutido em todos os grupos. Baseados nestas discussões, os delegados aprovaram por aclamação três grandes campanhas de luta: contra o arrocho salarial e o desemprego, pela reforma agrária, e pela conquista das liberdades políticas e sindicais.

Nesta parte dos trabalhos, os mesmos delegados ligados a grupos do PT, que no início do Encontro se mostraram tão ativos nas discussões de aspectos do regimento, se destacaram pela omissão, não se preocupando em levar propostas de luta e nem discutí-las. "Estamos aqui para não deixar adiar o Conclat e tirar uma CUT de qualquer maneira", confidenciou uma delegada petista.

Wellington Teixeira, diretor do Sindicato dos Professores, denunciou nos debates os divisionistas: "Vocês não querem a CUT. Vocês na realidade lutam contra ela. O que querem é uma central exclusivista, chamada de representativa do sindicalismo autêntico, mas que de autêntico só tem o atrelamento à social-democracia e seus dólares".

Um dos pontos mais polêmicos do Encontro foi a data do Conclat. Após calorosa discussão foi aprovado o adiamento do Congresso. Justificando a decisão, Célio de Castro afirmou que "para superar a série de impasses surgidos na convocação do Conclat de agosto é que propomos, como única forma de realizar um Conclat unificado e representativo dos trabalhadores brasileiros, o seu adiamento".

Encerrando o Encontro, Clodsmith Rianni, presidente da mesa, ex-presidente da CGT, e deputada estadual pelo PMDB, reforçou a importante vitória do Enclat, de uma entidade nacional dos trabalhadores "como instrumento de luta na defesa de seus interesses". (da sucursal).

Foto: L. Carlos Leite



37 membros participaram da reunião da Pró-CUT Nacional, a mais representativa dos últimos tempos

Pró-CUT decide adiar o Conclat por 60 dias

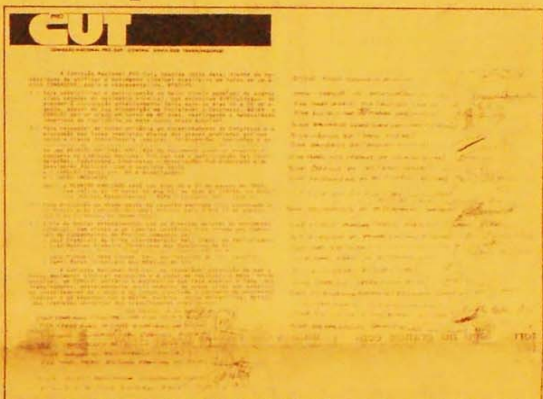
Com a reunião realizada no dia 14, a Pró-CUT Nacional deu um importante passo no sentido da reunificação do movimento sindical. Visando resolver o impasse da realização de vários Congressos, a Pró-CUT decidiu adiar o Conclat por 60 dias. Desta forma desautorizou a articulação da Anampos em São Bernardo e fechou espaço para algumas federações que pretendiam aproveitar-se da divisão para enterrar o movimento.

A reunião, no Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, foi uma expressiva vitória dos que defendem a realização de um só Conclat, unitário e representativo. Dela participaram 37 membros da Pró-CUT, na maior reunião dos últimos meses.

No final foi aprovado um documento, assinado por 30 representantes da Pró-CUT, decidindo "adiar o Conclat por um prazo de 60 dias, reafirmando a necessidade imperiosa de realizá-lo no mais curto prazo possível". Também foi aprovada a realização de uma reunião nacional ampliada do movimento sindical, nos dias 20 e 21, para discutir os pontos que levariam à divisão: o artigo 8º; a participação das Associações; a fixação da data do Conclat. E: "a fim de buscar o entendimento com os diversos setores do movimento sindical, com vistas a um Conclat unitário", foi criada uma comissão de negociações. (ver fac-símile ao lado)

Desautorizado o encontro da Anampos em São Bernardo

Concretamente a reunião desautorizou alguns sindicalistas que, utilizando-se impropriamente do nome da Pró-CUT Nacional, emitiram uma circular insistindo na convocação de um Congresso para São Bernardo, de 26 a 29 de agosto. Gilmar Carneiro, dos Bancários paulistas, e Paulo Azevedo,



Esta é a decisão oficial da Pró-CUT: adiar para realizar um Conclat unitário

dos Metroviários, dois dos que assinam a referida circular, participaram da reunião, dando-lhe maior legitimidade. Mas nada falaram sobre as tentativas de chegar a um entendimento e evitar a divisão. Numa rodinha, ao ser pressionado, Gilmar desabafou: "É questão de honra o Congresso de São Bernardo". Mas foi contestado por Luís Pinguelli, presidente da Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior): "Está em jogo a unidade dos trabalhadores, não a honra de ninguém".

Esta honra-que-cega, aos poucos esvazia o encontro de São Bernardo, tornando-o mais um "Entões" da Anampos. Isto ficou evidenciado nos relatos feitos por representantes das intersindicais estaduais. O Enclat do Mato Grosso do Sul, realizado um dia antes, decidiu que "só participará de um congresso unitário, e não deste, com risco de pluralismo sindical". Já o de Minas Gerais resolveu propor o adiamento do Conclat (ver matéria ao lado).

Em vários Estados foram realizadas reuniões para avaliar o impasse no movimento sindical e os representantes do Amazonas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Maranhão e Ceará informaram que só participarão de um Conclat unitário, convocado pela Pró-CUT. "Não vamos participar de um encontro puxado por um partido político", afirmou o pedreiro Vitorino, falando em nome da intersindical do Maranhão, que se reunira no dia 10. "Ir a São Bernardo é fortalecer a divisão do movimento sindical, o que só interessa à direita", acrescentou o membro da Pró-CUT

da Paraíba. Pinguelli informou que a Andes "não endossa o congresso de uma tendência sindical e aceita a decisão da Pró-CUT como fórum máximo do movimento sindical"; e fez um apelo à unidade.

Mas já os representantes das intersindicais de Goiás e do Espírito Santo, atualmente hegemônicas pela corrente sindical petista, deram como certa a divisão e afirmaram que participarão do encontro em São Bernardo. "Não adianta idealismo; não tem mais volta. A unidade é uma farsa", afirmou a representante de Goiás, que se satisfeita com o racha.

Tentativas para preservar a estrutura sindical atrelada

Durante a reunião vários dirigentes sindicais expressaram a preocupação com um outro tipo de divisionismo. Foi lembrado que no encontro realizado no Sindicato dos Metalúrgicos, no dia 11, alguns dirigentes de Confederações mostraram o interesse em acabar com o movimento Pró-CUT e realizar um Congresso nos mares da estrutura sindical. "Esta é uma reunião histórica, porque queremos destruir este fórum e, graças a alguns companheiros, a Pró-CUT se mantém como representante do grande leque de forças que compõe o movimento sindical", esclareceu Sérgio Barros, da intersindical de Alagoas. Ele acrescentou: "Se por um lado há consequências que defendem o pluralismo sindical, há também tentativas de direita, de algumas Confederações, para acabar com a articulação intersindical. Querem preservar esta estrutura vertical, atrelada ao governo".

Também José Francisco, presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), demonstrou a mesma preocupação em entrevista à Tribuna Operária: "A decisão da Pró-CUT de adiar o Conclat visa evitar que determinado setor do movimento sindical realize um congresso estrito em São Bernardo. Mas pretende também não abrir espaço para que se anule o movimento Intersindical e a Pró-CUT. E que, consequentemente, determinados setores joguem na manutenção do atraso das lutas dos trabalhadores, puxem congressos ou articulações que além de atrasadas seriam igualmente estreitos". (Altamiro Borges).

Foto: L. Carlos Leite



Barroso ressaltou o papel da Pró-CUT; Bitrar, Ze Francisco e Ivan dirigiram a reunião

Goianos querem Conclat unitário

Dirigentes de cerca de 80 Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Goiás, reunidos dia 14, decidiram não participar do Congresso convocado para São Bernardo de 26 a 29 de agosto. Segundo os sindicalistas "a realização do Congresso nesta data e nas condições existentes se tornaria um instrumento de divisão do movimento e nunca de unificação".

"Escolha irregular de delegados ao Conclat com o objetivo claro de favorecer determinada corrente sindical com financiamentos do exterior". Esta é uma das razões apresentadas pelos sindicalistas goianos para justificar sua posição. Em nota à imprensa eles propõem "o adiamento do Congresso, criando condições para a realização de um Conclat unitário", no qual estão decididos a participar. Mais adiante os re-

presentantes dos trabalhadores rurais repudiam "todo e qualquer divisionismo" e afirmam reconhecer a Comissão Nacional Pró-CUT "como o eixo unitário do movimento sindical a nível nacional".

Em entrevista à Tribuna Operária, Divino Goulart, secretário geral da Fetaeg (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás), falou sobre a ameaça de divisão do movimento sindical no país.

Para ele "o momento exige uma posição firme de defesa dos interesses dos trabalhadores, de uma unidade do movimento sindical para fazer frente à grave situação de crise imposta ao povo brasileiro e de submissão do governo federal à política imposta pelo Fundo Monetário Internacional".

Divino acrescenta: "Já não chega a venda da nossa soberania por parte do governo federal. Agora um setor do movimento sindical, que se diz representativo, está vendendo a autonomia dos Sindicatos, procurando comprar trabalhadores com os dólares de outros países". (da sucursal).

Decisão de 160 Sindicatos de SP

Dezesseis Federações e 160 Sindicatos de diferentes categorias de trabalhadores de São Paulo reuniram-se no último dia 16, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, para discutir a possibilidade de realização de vários Conclats. Ao final decidiram apoiar a decisão tomada pela Pró-CUT Nacional de adiar o Conclat por dois meses na tentativa de realizá-lo de forma unitária. Os sindicalistas decidiram, ainda, não participarem do encontro que a Anampos está convocando para São

Paulo, hegemonizada atualmente pela corrente sindical petista, reuniu-se no último dia 15 para discutir a questão. Como que desconhecendo os riscos de divisão foi decidido na reunião desconhecer a resolução da Pró-CUT Nacional de adiar o Conclat na tentativa de se chegar a um entendimento. Chegou-se a aprovar uma moção de repúdio aos membros da Pró-CUT que decidiram pelo adiamento. Estas decisões foram aprovadas por 18 votos contra 10.

Paulo, hegemonizada atualmente pela corrente sindical petista, reuniu-se no último dia 15 para discutir a questão. Como que desconhecendo os riscos de divisão foi decidido na reunião desconhecer a resolução da Pró-CUT Nacional de adiar o Conclat na tentativa de se chegar a um entendimento. Chegou-se a aprovar uma moção de repúdio aos membros da Pró-CUT que decidiram pelo adiamento. Estas decisões foram aprovadas por 18 votos contra 10.



Matarazzo golpeia os metalúrgicos

Entre julho e agosto a mecânica da Metalúrgica Matarazzo sofreu sério revés com a demissão de vários companheiros.

Desde novembro do ano passado, quando houve uma greve histórica na Matarazzo em que paramos a mecânica contra a dispensa de um combativo companheiro, a empresa veio se preparando para o dia do troco. Começaram a dizer que quem queria trabalhar tinha emprego garantido e só seria demitido quem tivesse muitas faltas. Infelizmente alguns companheiros, que já eram acostumados a ter algumas faltas continuaram a faltar.

Assim começaram as dispensas, que para a maioria dos companheiros eram justifi-

cáveis e a empresa trocou alguns companheiros da UNEMF. Com essa desculpa a empresa conseguiu acomodar os companheiros e enganá-los. Os chefes viram a passividade dos companheiros e sentiram que eles estavam despreparados. Al desfecharam um golpe violento contra a mecânica UNEMF. Dispensaram vários companheiros e, em alguns casos nem outros comentários fizeram, pois não havia desculpas.

Os mais esclarecidos sabem que o caráter desse ataque é golpear a organização dos trabalhadores dentro da UNEMF e ao mesmo tempo diminuir a folha de pagamento da empresa.

Resta agora aos companheiros que ficaram retomar a luta decidida contra essa explo-

ração e não aceitar mais nenhuma dispensa na UNEMF, seja qual for a mentira que os patrões tentem dizer.

O que os patrões querem é tornar a mecânica uma seção fraca e sem força de ação. É a única forma de se evitar isso e se organizando. Senão não restará nenhum dos companheiros que por hora continuam trabalhando! Perdemos uma batalha mas não perdemos a guerra.

E para vencermos a guerra é preciso ter as fábricas organizadas e lutando contra os patrões e principalmente contra o governo de fome e exploração, principal responsável pela situação que os operários e o povo passam neste país.

(grupo de operários demitidos da Matarazzo — São Paulo, SP)

Mulher luta contra "quadrilha Wayne", que atua em Goiás

Estou escrevendo à **Tribuna Operária** para denunciar uma famosa quadrilha que atua em toda a região norte de Goiás. Ela ficou conhecida como quadrilha Wayne, porque um dos seus cabeças é o ex-delegado regional de Araguaína, Roziron Wayne de Oliveira. Este senhor tem ligações de amizade e políticas com a família do ex-governador do PDS, Ary Valado.

Duas outras pessoas bastante conhecidas na cidade também fazem parte da quadrilha. Uma é o médico veterinário Justino Pereira Peixoto e a outra é o ex-agente da Polícia Rodoviária Federal, Adão Salustiano dos Reis. Ambos são ligados, também, à cúpula do PDS em nossa cidade.



Esta quadrilha foi descoberta quando, no dia 14 de novembro de 1981, roubou uma camioneta D-10, de propriedade de Ozano Alves Cruz. O sr. João Reinaldo de Santos Souza, que estava há poucos metros de distância do local do delito, presenciou tudo e afirma categoricamente que as três pessoas citadas — Roziran, Justino e Adão — foram os autores do roubo.

O pior de tudo é que, mesmo conhecendo-se os autores do roubo nada podia ser feito, porque o PDS controlava tudo em Araguaína e isso impedia que qualquer providência fosse tomada. Nós tivemos que recorrer à Polícia Federal para ver se resolvia alguma coisa. Porém, o deputado federal do PDS, Siqueira Campos, interferiu e abafou o caso, pois as elei-



fala o POVO

Recebemos neste número uma carta de operários demitidos da Matarazzo sem justa causa. Os demitidos mostram que se seus companheiros tivessem se mobilizado contra as demissões, como em novembro, provavelmente eles ainda estariam na produção.

Em outras palavras, como eles destacam, o operariado não pode conciliar com o desemprego. Precisa encontrar as formas de se mobilizar contra o patronato, para impedir que qualquer companheiro seja posto no olho da rua, seja qual for o pretexto. (Olívia Rangel)

Operário come o pão que o diabo amassou na Conpel

Ha nove meses que fui admitido por uma indústria de papel da Paraíba, a Conpel (Companhia Nordeste de Papel da Paraíba). E desde o primeiro dia de trabalho observei a repressão naquela fábrica.

O operário de salário mínimo é o mais maltratado e humilhado. A turma que trabalha nas caldeiras come o pão que o diabo amassou. Além de todas as misérias, não existe segurança e higiene no trabalho. O pessoal trabalha descalço e sem fardamento, sujeito a qualquer tipo de acidente.

A empresa mantém há doze anos um tal de Olavo no quadro da direção, que é quem comanda este sistema de administração. Quando o indivíduo não suporta a escravidão é mandado embora e fica dois meses esperando para receber as contas. O próprio Ministério do Trabalho tem conhecimento dessas irregularidades e não toma providências.

Esses males rolam em nosso país porque não temos governo. O país é administrado por um grupo de capitalistas, latifundiários e ladroes. O próprio ministro do Trabalho é um dos mais fortes banqueiros deste país.

Vamos lutar por outro sistema, porque este vai degenerar o trabalhador brasileiro. Com a união de todos venceremos esta doença. (um operário da Conpel — João Pessoa, Paraíba).



Inquietude de ser mulher

A inquietude de ser mulher observa uma grande injustiça num mundo mundo onde a falsa moral é o centro vital de ser ou não ser o aparente marcado pelo ato sexual seu coração chora à distância entre um e outro

Es a mulher honesta que vê seus sonhos todo dia desmoronarem? Es a prostituta? Es a mãe exemplar? Es um corpo vazio? que aguenta as mazelas do outro que repõe as forças do outro? Es o sangrar de todo mês? Es o jogo da paciência?

Es tu por acaso esta mulher? Tu que lutaste tanto pela vida do ser fecundante

Esta é a ladainha cantada há séculos Mulher, ergue-te e canta a vida de ser mulher revolucionaria teu modo de pensar e agir para mudar o mundo!

(M.V. - amiga da TO —)

O jogo sujo dos diretores da Coomabeja

A situação da Cooperativa Mista dos Agricultores de Belo Jardim está sendo muito comentada não só naquele município, mas também em Sanharó e até Pesqueira, aqui principalmente entre os agricultores do projeto de reestruturação fundiária, das antigas fazendas da Indústria Peixe. A que isso se deve?

A Coomabeja em suas atividades desenvolve diversos programas especiais do Ponordeste, da Fecompe e de convênios com a Emater-Pernambuco. Os recursos financeiros são oriundos em grande parte do Banco Mundial. Um dos programas mais interessantes para os associados, que é o de educação cooperativa, vem sofrendo duros revezes ante a reforma de 1979 no Estatuto (será que o Incria aprovou?) da Cooperativa, determinando uma chapa única para as eleições da diretoria, o que naturalmente levou a formação de um grupo "ditador" que se vem perpetuando no poder e arrasou com uma exigência básica de qualquer cooperativa, que é a Democracia.

Além disso, a diretoria tem comprovadamente ludibriado sócios, principalmente quando formam grupos por região ou interesses, acusando-os, para arredondá-los, de "comunistas".

Segundo informações fidedignas, a diretoria da Coomabeja já teria apresentado aos repassadores dos recursos do Banco Mundial listas de associados devedores à Cooperativa e entre estes haveria "sócios fantasma", desconhecidos ou não-associado. Assim também houve casos documentados da diretoria emitir duplicatas. Irias contra associados, alguns dos quais proaram ter pago a conta, apresentando a duplicata quitada.

E na última Assembleia Geral Ordinária, diante de um movimento de protesto contra suas irregularidades, a diretoria preparou uma confusão (uma garralada do atual presidente num possível candidato ao cargo) e ainda forçou uma ata ludibriando depois alguns associados para que a assinassem.

Agora a Coomabeja está pedindo novos créditos ao Ponordeste. Para que? Pelo menos para amerrar mais ainda o capital de centenas de sócios que já estão comprando e vendendo tudo fora, com mais vantagens, sem receber da sua "cooperativa" nenhuma prestação de serviços. (W. P. Pesqueira, Pernambuco).

A lógica da exploração imperialista da Sanyo

Transcrevemos abaixo os problemas mais candentes da Sanyo, uma indústria que no dia-a-dia explora miseravelmente todos os seus funcionários, além de submetê-los a todo esquema de alienação e demissões.

Como não poderia fugir à regra de uma multinacional imperialista, na indústria Sanyo nós, operários, recebemos salários miseráveis que mal dão

para sustentar nossas famílias. A alimentação que recebemos é insuficiente para as 10-15 horas registradas em cartão de ponto, fora o tempo gasto na espera do ônibus, para ir e voltar da fábrica. Antes, o horário para merenda era das 9 às 9:15 horas. Agora, nós funcionários temos que merendar até às 6:30 para não prejudicar a produção. Assim como esperamos até às 12 horas pa-

ra almoçar. Isso é um absurdo, pois o café que nos dão é insuficiente para agüentarmos até essa hora.

Assim sendo, pedimos aos companheiros que divulguem no jornal essa matéria e briguem ao nosso lado, a fim de que juntos possamos conseguir dias melhores para a classe operária. (operários da Sanyo amigos da Tribuna Operária - Manaus, Amazonas).

Rodoviários denunciavam armadilha do governo

É lamentável que tenhamos que informar a toda a categoria que, mais uma vez, o patrão e o governo estão arrumando mais uma armadilha para jogar todos os cobradores na rua, ficando assim milhares de pais de família no desemprego. Já não basta o TU, pagamento de roubos, peças e avarias. Devido a mais esta injustiça estamos convocando toda a categoria para comparecer em massa no dia da votação, na Câmara dos Vereadores, na Cmelândia, para

pressionarmos os parlamentares a votar contra este projeto que é a roleta biônica.

Somente a categoria indo em massa e organizada poderá barrar este projeto arbitrário e antioperário. Vamos anotar os nomes dos parlamentares que votarem a favor, para denunciarmos a categoria. Estamos convocando a categoria porque sabemos que o presidente do nosso Sindicato só tem dado as costas à mesma. Prova disso foi quando a categoria fez uma passeata, mes-

mo desorganizada, para denunciar o TU, pagamento de peças, etc. Ele colocou uma nota nos jornais se posicionando contra o baixamento das passagens.

Está provado que desta diretoria, não podemos esperar nada. Quem sofre com tudo isto somos nós rodoviários. Então o interesse só pode partir de nós. Vamos unidos e organizados para, juntos, barrarmos mais este crime. (rodoviários do Rio de Janeiro, RJ).

O desgoverno do PDS no Maranhão

Caros amigos da TO, venho por meio desta pequena escrita fazer um resumo do que está ocorrendo em R. das Pedras. Tudo aqui eram boas ideias quando o novo prefeito assumiu no comando do município. Só que ele foi levado pelos chefes políticos do PDS 2. seu tio Gerson Gomes de Sá e os vereadores que compõe a sua ala, fazendo a maior barbaridade administrativa. Demitiu mais de 180 funcionários de todo o município, jogou até as pobres cozinheiras para fora de uma das partes do supermercado onde as pobres viviam de suas panela-

das, como se é conhecido por aqui.

Também foi entregue um ofício para todos os comerciantes do mercado dando 60 dias para desocuparem seu ponto de trabalho, para dar lugar aos que lhe ajudaram na campanha política.

Mas como os comerciantes entraram com queixa na justiça, e ficaram esperando a reação do prefeito, este depois de muitos dias convidou os comerciantes a uma reunião, pediu-lhes que retrerassem a queixa da justiça e todos concordaram. Mas a Câmara Municipal, que pertence ao próprio prefeito, soube do que se pas-

sava entre o prefeito e os comerciantes, fez diversas reuniões secretas, no desejo de que o prefeito jogasse todos os comerciantes para a rua ou do contrário eles colocariam fora do comando da prefeitura, alegando que o atual prefeito Dr. Luis já tinha desviado dinheiro da prefeitura para seus bens imóveis.

Agora ele não sabe se vai liberar todos os donos de lote de trabalho comercial, ou atende os pedidos de seus vereadores. Esta sim é a democracia do Maranhão, onde o PDS obteve 80% dos votos. (um amigo da T.O. em Rio das Pedras, Maranhão)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Solidariedade e imperialismo

O internacionalismo proletário é uma das questões essenciais para o movimento revolucionário. Sua base é a unidade da classe operária em cada país e em plano mundial contra o capitalismo e o imperialismo, pela construção do socialismo.

A unidade da classe operária não é simplesmente uma frase vazia. Exige respostas concretas sobre a atitude contra ou a favor da revolução, contra ou a favor da teoria revolucionária do proletariado — o marxismo-leninismo — contra ou a favor de um único partido revolucionário do proletariado, contra ou a favor do socialismo científico.

CLASSE UNIDA

Marx e Engels descobriram as leis do desenvolvimento capitalista e indicaram a necessidade da classe operária atuar unida, sob um comando único. Eles demonstraram que a classe operária, ao contrário da burguesia, não se divide em camadas com interesses particulares. O proletariado, como classe despossuída de qualquer meio de produção, vivendo da venda de sua força de trabalho, tem interesses comuns que exigem unidade na luta contra o capital.

O internacionalismo significa portanto a unidade de cada destacamento operário em cada país e unidade de todos estes destacamentos em um exército revolucionário mundial. A tarefa central do internacionalismo é fazer a revolução em seu próprio país e apoiar resolutamente a revolução e os movimentos revolucionários em todo o mundo.

Mas para se unir solidamente, o proletariado tem acima de tudo que construir o seu partido político, como arma essencial na luta de classes. Ou seja, forjar uma direção única, consequente, capaz de organizar as suas fileiras, atuar de maneira independente em aliança com outras forças interessadas em cada batalha contra o imperialismo, explorar as disputas entre os inimigos e abrir caminho para a revolução.

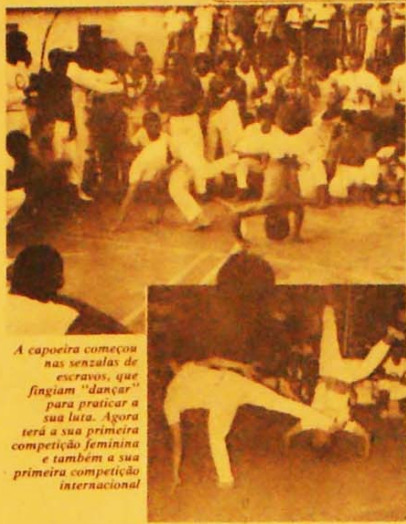
Da mesma forma, a classe operária tem que forjar suas entidades e organizações de massas — entre as quais o Sindicato é a principal — para aglutinar todos os trabalhadores, independentemente de suas convicções filosóficas, religiosas e político-partidárias, para resistir à exploração.

DOLÁRES DA DIVISÃO

A discussão destas questões tem hoje a maior importância. Principalmente porque certas correntes políticas aversas ao marxismo, defensoras do plurisindicalismo, contrárias à existência de um partido revolucionário da classe operária, buscam dólares no exterior para fomentar a divisão dos trabalhadores sob a alegação de internacionalismo!

E recebem estes dólares de centrais sindicais dirigidas pela social-democracia, corrente política oportunista, que rompeu com o movimento revolucionário ainda na época de Lênin, na primeira guerra mundial.

A pedra de toque que levou ao rompimento foi exatamente a tração ao internacionalismo. Com a preparação da guerra, a social-democracia, longe de trabalhar pela unidade do proletariado mundial para derrubar a burguesia e com o socialismo conquistar a paz, defendeu que a classe operária de cada país se unisse à sua burguesia. São estes que hoje financiam uma determinada corrente, alinhada com seus pontos de vista, para fomentar o plurisindicalismo e dividir os trabalhadores numa época de crise violenta, onde mais do que nunca a unidade é essencial. São estes mesmos que na Europa continuam atuando como aliados das suas burguesias, mas que aqui querem se passar como internacionalistas. Isto não é solidariedade internacional, é imperialismo.



A capoeira começou nas senzalas de escravos, que fingiam "dançar" para praticar a sua luta. Agora terá a sua primeira competição feminina e também a sua primeira competição internacional

A capoeira ganha espaço entre os esportistas

No início de setembro será realizada a primeira competição internacional de capoeira, envolvendo equipes dos Estados Unidos e de São Paulo. Também uma competição universitária será realizada em São Paulo ainda este ano. Mas os preconceitos continuam existindo contra esse esporte nascido no seio do povo.

Em 1540, no Brasil Colonial, enquanto o branco era riqueza, conforto e liberdade, o negro era pobreza, miséria e escravidão. E, uma vez que não podiam lutar com armas, os negros foram desenvolvendo e aperfeiçoando uma luta disfarçada em dança — a capoeira. Após a abolição dos escravos, a capoeira era uma maneira do negro desempregado ganhar seu pão, exibindo sua arte. Posteriormente ela foi marginalizada, proibida, e sua prática perseguida. Hoje ela está de volta à sociedade, com um conceito de arte, cultura, folclore, esporte, ginástica, luta e defesa pessoal.

"A CAPOEIRA EVOLUI"

Emílio da Conceição Nascimento, o Mestre Mirão, é fundador da Associação de Capoeira Rosa Bahiana, de Guarulhos (SP). Ele conta à Tribuna Operária: "Apesar das perseguições e preconceitos, a capoeira evoluiu dia a dia. Hoje não só o negro, mas os mulatos e muitos brancos lutam a capoeira. Se houvesse um maior apoio dos órgãos esportivos, ela evoluiria ainda mais." Mestre Mirão, um dos organizadores da competição internacional que se dará dia 3 de setembro, afirma que mesmo no exterior cresce o interesse pela capoeira. "Nos Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha

e Argentina a capoeira já é conhecida. E nesse torneio internacional os Estados Unidos participarão inclusive com uma equipe feminina. Com isso realizaremos a primeira competição de mulheres na capoeira..." Atualmente existem cerca de 50 associações filiadas à Federação Paulista de Capoeira, e a participação das mulheres nesse esporte entusiasma o Mestre Mirão: "infelizmente até hoje não houve competição feminina. A luta é muito violenta, e numa competição..."

Ampliando cada vez mais seus espaços os grupos de capoeiristas são convidados a se apresentar em colégios, faculdades, praças públicas. "Mas ainda tem muito preconceito. Ainda tem gente que acha que capoeira é coisa de malandro, por causa de sua origem. Contudo essas barreiras vão sendo vencidas com o tempo. Eu já até recebi convite para dar aula de capoeira numa escola infantil!"

O fundador da Rosa Bahiana não desconhece as dificuldades e barreiras que os capoeiristas ainda têm que enfrentar, e faz um alerta: "Tem muitos deturpadores da nossa arte, que praticam a capoeira sem um preparo necessário e transformam atos juvenis informais deturpadas. As autoridades devem tomar providências contra essas irregularidades..."



Um esporte que vai rompendo os preconceitos

O grande fôlego do pintor Fernando

"Uma obra desconcertante". Assim o poeta e historiador Clóvis Moura descreve os trabalhos do pintor piauiense Fernando Costa, recentemente expostos no saguão da União Brasileira de Escritores, em S. Paulo.

Desenhista, pintor, gravador, ilustrador, gráfico, Fernando Costa nasceu de uma família de pequenos funcionários, em Teresina, há 22 anos. Desenha "desde que se conhece por gente", e desde 1977 tem participado de coletivas em vários centros culturais brasileiros. Sua obra, para Clóvis Moura, exprime "um apocalipse ou um juízo final. Mas um apocalipse ou um juízo final ordenados esteticamente, e que se encontram embutidos e submetidos a uma visão de esperança, mesmo através de temas e símbolos que à primeira vista parecem negativos".

Fundindo elementos da cultura regional — como o bode, o índio — traços que lembram o primitivismo das gravuras rupestres e detalhes bem acabados que sugerem as aventuras de super-heróis, a pintura de Fernando ultrapassa-os criticamente, produzindo algo que ele chama de "uma saga nordestina".

Entretanto ele vai muito além do meramente regional. Recentemente, na turma de Lênin, em Moscou, o ator Lima Duarte teve um pensamento que cabe bem à pintura de Fernando: os caminhos que levam um ator brasileiro ao pé do túmulo de Lênin, disse, passam pelos sertões do Nordeste, pela Amazônia, pela periferia de São Paulo, e nunca pelo "baixo Leblon".

Fernando fala de seu trabalho como uma série de imagens que saem "de um espaço subterrâneo, inconsciente", para um espaço mais amplo, transformando-o e transformando-se. São imagens que refletem "um conflito grande", que ele constata a seu redor e tenta fixar, usando recursos técnicos onde se misturam



Fernando Costa, um pintor de grande fôlego

alguns produtos importados, como *ecolite*, pastel, até extrato de noqueira (usado tradicionalmente pelos marceneiros para escurecer a madeira), água sanitária, água ruz, entre outros objetos que causam efeitos visuais de grande impacto.

O resultado é uma fusão de ficção e realidade, de regionalismo e universalismo, "o conflito geral da transformação", diz Fernando, quase como que o índio entrando no processo vivido pela sociedade brasileira de hoje. Fernando foi trazido a São Paulo por Clóvis Moura, que também é piauiense (a segunda edição de *Argila de Memória*, livro de poesia de Clóvis, foi ilustrada por Fernando). Em São Paulo recebeu ajuda de outros poetas, que amarraram um pouco as dificuldades que um artista nordestino completamente fora dos padrões consagrados pela propaganda encontra pela frente.

Elas são ainda maiores para quem, como Fernando, tem o projeto de criar "uma estrutura" nos gran-

des centros, sem abandonar "a periferia" e nem perder o contato com a realidade local que, apesar de adversa, vitaliza sua obra.

Em Teresina, diz Fernando, "quem gosta de meu trabalho é o pessoal mais jovem, que não tem dinheiro para comprar os quadros". A classe média local, endinheirada e provinciana, "acha minha obra um horror. Não posso colocar esse quadro na minha sala!" dizem.

"Piauiense, tendo de conviver com o cotidiano da tragédia anônima, este pintor de grande fôlego, gravurista de alto nível técnico e dono de uma sensibilidade quase febril, tinha de optar entre fazer uma pintura descarnada e naturalista ou uma pintura capaz de refletir essa realidade, mas avançando em direção a uma visão supra-real do mundo, transcendendo a plasticamente", diz Clóvis Moura no folheto da exposição. E conclui: "um nome a ser anotado entre os mais substantivos criadores do Brasil!" (Carlos Henrique)



Na obra de Fernando, a saga nordestina

Publicações da Editora Anita Garibaldi

O imperialismo e a revolução (Ever Hoxha)	Cr\$ 800,00
Farabundo Martí, herói do povo de El Salvador	Cr\$ 200,00
Educação revolucionária do comunista (Diógenes Arruda)	Cr\$ 500,00
Socialismo, ideal da classe operária e anseio de todos os povos (João Amazonas)	Cr\$ 500,00
O revisionismo chinês de Mao Tse Tung (João Amazonas)	Cr\$ 800,00
Discurso aos eleitores (Ever Hoxha)	Cr\$ 300,00
Relatório ao 8º congresso do PTA (Ever Hoxha)	Cr\$ 800,00
Guerrilha do Araguaia	esgotada
Os comunistas e as eleições (Lênin)	Cr\$ 400,00
Princípios (revista teórica), n. 1, 2, 3, 4, 5 e 6	Cr\$ 500,00

Pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda. (com envio de cheque nominal no valor da compra). Rua Major Queclindo, 300, sala 3, CEP 01050, Bela Vista, São Paulo, Capital.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. Telefone: 36 7531 (DDD) Telex: 01132133 TLOPBR

- Administradora: Associação de Operários de São Paulo
- Comitê de Direção: José Carlos de Moraes
- Correspondentes: Acre — Rio Branco: Rua Beirão, 31, Estação Experimental, Rua Siqueira, CEP 69000. AMAZONAS — Manaus: Rua Simon Bolívar, 231, A. P. 23, 23, São Paulo, CEP 64000. PÁRIA — Belém: Rua 1409, CEP 66000. MARANHÃO — São Luiz: Rua do Machado, 174 — Centro — CEP 65500. PIAUI — Teresina: Rua Ezequiel Mariano, 1130, 4º andar, CEP 64000. CEARÁ — Fortaleza: Rua do Riohato, 319, sala 206, CEP 60000. Sobral: Rua 12 de Junho, 1206, sala 3, CEP 62100. RIO GRANDE DO NORTE — Natal: Rua Fomente, 1098, sala 202, Av. Ceará, CEP 50000. PARAIBA — João Pessoa: Rua Padre Manoel, 30, sala 108, CEP 56000. Campina Grande: Rua Venâncio, 218, 1º andar, CEP 51000. PERNAMBUCO — Recife: Rua do Sotólego, 221 — Boa Vista — CEP 50000. Cabo de Santo Agostinho: Rua 231. Garanhuns: Rua 12 de Junho, 85, 3º andar, sala 3, CEP 53300. ALAGOAS — Maceió: Rua Condado, 183, Centro, CEP 30000. SERGIPE — Aracaju: Rua João Pessoa, 299, sala 08, CEP 45000. BAHIA — Salvador: Rua Sen. Carlos Pereira, 845, Centro, CEP 40000. Feira de Santana: Av. Getúlio Vargas, 280, sala 021, CEP 44100. Camaçari: Rua Nelson de Menezes, 141, CEP 42700. Itabuna: Rua Manoel de Sá, 100, sala 004, CEP 45400. MINAS GERAIS — Belo Horizonte: Av. Amazonas, 451, sala 817, Fone: 224 7400, CEP 30000. Juiz de Fora: Rua 12 de Junho, 100, sala 100. GOIÁS — Goiânia: Rua 27, nº 69 Centro — CEP 74000. GOIÂNIA DO DISTRITO FEDERAL — Brasília: Rua 12 de Junho, 100, sala 100. MATO GROSSO — Cuiabá: Rua 12 de Junho, 100, sala 100. TRIO ESPÍRITO SANTO — Vitória: Rua João 911, Fone: CEP 29000. VITÓRIA ES — RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua São João, 60, sala 220, CEP 20000. Rio de Janeiro: Rua Cavalcanti de Albuquerque, 113, CEP 20000. Duque de Caxias: Rua Nogueira, 40, sala 101, CEP 20000. NOVA IGUAÇU: Rua Nogueira, 40, sala 101, CEP 20000. SÃO PAULO — São Bernardo do Campo: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 09000. São Caetano do Sul: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 09000. São João do Rio Preto: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 13000. PERNAMBUCO — Recife: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 50000. Campina Grande: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 51000. Paraíba — João Pessoa: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 56000. Ceará — Fortaleza: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 60000. Piauí — Teresina: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 64000. Maranhão — São Luís: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 65000. Pernambuco — Recife: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 50000. Bahia — Salvador: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 40000. Sergipe — Aracaju: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 45000. Alagoas — Maceió: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 30000. Rio Grande do Sul — Porto Alegre: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 91000. Paraná — Curitiba: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 81000. Mato Grosso do Sul — Campo Grande: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 79000. Goiás — Goiânia: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 74000. Distrito Federal — Brasília: Rua 12 de Junho, 100, sala 100, CEP 70000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Contato: Imprensa e Propaganda Editorial, Rua Major Queclindo, 300, sala 3, CEP 01050, Bela Vista, São Paulo, SP.

Latifúndio fuzila líder camponesa

Com um tiro a queima-roupa de espingarda calibre 12, no rosto, morreu dia 12 a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, Margarida Maria Alves, 50 anos de idade, 12 no Sindicato. Segundo seu marido, foram os usineiros do odiado "Grupo da Várzea" que mandaram matá-la por sua atuação.

Margarida foi assassinada por volta das 18 horas. Estava na porta de casa, comendo milho verde, quando um homem alto, moreno, desceu de um Opala vermelho, com um saco na mão, e se dirigiu até ela.

— A senhora é dona Margarida? — Sou. O que o senhor deseja?

— Apenas isto — disse o assassino: tirou do saco a espingarda de chumbo grosso e disparou-a no rosto da presidenta do Sindicato.

Margarida, com a cabeça estracalhada, morreu na hora. O pistoleiro voltou ao carro, onde estavam dois capangas, e fugiu. Quem descreve a cena é Natanael Marinho, vizinho da vítima, testemunha ocular do crime.

Este usineiro é o terror de Alagoa Grande

Severino Cassemiro Alves, marido de Margarida, bastante abalado, não esconde as lágrimas. Mas denuncia com firmeza os responsáveis pela morte da esposa — os usineiros e senhores de engenho. Severino chega a citar vários nomes de suspeitos, entre os quais o do latifundiário e industrial Aginaldo Veloso Borges, dono da usina Tanques, seu genro Zito Buarque e o filho de Branco Pereira, todos senhores de terras.

Sobre Veloso Borges, Severino diz: "Eu não posso dizer que foi ele quem mandou matar. Agora, digo sem medo de morrer que ele é tido aqui em Alagoa Grande como o terror. Todo mundo tem medo desse homem aqui".

Os trabalhadores da usina Tanques, com apoio de Margarida, haviam entrado na Justiça com uma ação contra o usineiro. Uma semana antes do crime, o Sindicato distribuiu na feira folhetos com o desenho de um trabalhador, de facão em punho, chamando "a classe para cobrar do patrão o que ele vinha lhe roubando há muito tempo". De outra vez, acusaram Margarida de "perturbadora" e de cometer "desordens" entre os



O enterro da presidenta do Sindicato de Alagoa Grande transformou-se em protesto, com faixas e discursos camponeses. Ela respondeu, altiva, numa carta a Veloso Borges: "Perturbação e desordem fazem os que se negam a pagar os direitos dos trabalhadores, os que sugam o suor dos trabalhadores, os que exigem que os trabalhadores deem tudo sem receber nada até o último dia de sua vida".

No enterro, um ato político de 5 mil pessoas

No enterro da líder assassinada havia cerca de 5 mil trabalhadores rurais, dirigentes sindicais da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, representantes de partidos oposicionistas. As faixas diziam: "O latifúndio assassinou Margarida"; "Mataram Margarida mas não mataram a sua luta". Havia também policiais por toda parte. E a presença de Alcécio Pereira, deputado do PDS e genro de Aginaldo Veloso Borges, que contribuiu para criar um clima de tensão.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba, Alvaro Diniz, declarou que os culpados pelo crime são "os mesmos que há muito tempo devem aos trabalhadores férias, 13º salário, repouso remunerado, carteira de trabalho assinada e o cumprimento do Decreto 55.020 (que permite ao trabalhador cultivar gêneros de subsistência numa área ao redor de sua casa)".

Durante o enterro, 25 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, de três Estados nordestinos, distribuíram uma nota: "A morte de Margarida — dizemos — não é um fato isolado e merece o repúdio de todos os setores da sociedade". E mais: "Somente com uma reforma agrária que abraça todos os camponeses é que os problemas dos trabalhadores e o clima de tensão em que vivemos, principalmente os da zona canavieira, serão resolvidos".

Na região canavieira paraibana quem manda é o "Grupo da Várzea", confraria de latifundiários que concentra o que há de mais reacionário no Estado. E já começaram a funcionar as pressões do "Grupo da Várzea" para abafar o caso. Os responsáveis pelo bárbaro crime estão soltos. O secretário de Segurança é homem do "Grupo". E o presidente do Tribunal de Justiça, Almir Fonseca, negou-se a

constituir uma Comissão Judiciária, alegando que não há em Alagoa Grande "grave perturbação da ordem".

Sabe-se por um telefonema do Secretário do Interior e Justiça, Luiz Ramalho, que Almir Fonseca pretende deixar o caso demorar para cair no esquecimento. Resta saber se os trabalhadores e democratas, do campo e da cidade, da Paraíba e do país inteiro, esquecerão este crime. (da sucursal)



"Uma mulher sem medo"

Não é fácil se imaginar quantos obstáculos, barreiras e preconceitos Margarida Maria Alves teve que romper para se tornar presidenta de seu Sindicato, e mais ainda na região canavieira da Paraíba. Ela foi a primeira mulher em todo o Estado a ocupar um cargo destes, em novembro de 1973. Antes, foi tesoureira e secretária da entidade, na gestão de Alvaro Diniz, o atual presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba (Fetag-PB). Quando Alvaro foi para a Fetag, Margarida assumiu a direção do Sindicato, sendo depois reeleita presidenta.

UM FILHO DE OITO ANOS
Enquanto Margarida esteve à frente do Sindicato de Alagoa Grande, foram movidas mais de 600 ações trabalhistas contra os usineiros e senhores de engenho da região. Seu prestígio e liderança eram incontestáveis. Chegou mesmo a ser cogitada como uma possível candidata à sucessão de Alvaro Diniz, na presidência da Fetag-PB.

Além de presidenta de sindicato, a vítima era tam-

bém mãe de família. Casada com Severino Cassemiro, que foi o primeiro presidente do Sindicato de Alagoa Grande, deixou um filho de oito anos. Severino relata que sua esposa já havia recebido muitas ameaças, mas não era pessoa de voltar atrás numa decisão tomada: "Ela era uma mulher sem medo, que denunciava as injustiças. Por isso eles mandaram matá-la".

COISA QUE VEM DE DENTRO

Chorando, ao lado do filho, Severino diz: "Nunca me passou pela cabeça que tamanha violência fosse perpetrada contra ela". Já o secretário geral da Fetag, Antonio Fernandes Macedo, lembra que Margarida não queria saber a que partido pertencia este ou aquele trabalhador para defender seus direitos, "independente de credos políticos ou religiosos".

No 1º de Maio paraibano deste ano, na cidade de Sapé, ela afirmou que sabia que estava ameaçada, mas que a luta era uma coisa que estava dentro dela. E que se um dia fosse preciso até com arma ela iria lutar

Uma campanha nacional pela reforma agrária

"Tendo uma reforma agrária, será beneficiado todo o povo, da roça e da cidade". Estas palavras, de Francisco do Nascimento, do Movimento dos Trabalhadores sem Terra do Oeste Paulista, expressa bem o conteúdo da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, lançada em São Paulo na noite de terça-feira, numa solenidade altamente representativa.

Estavam presentes os presidentes da Contag e da Fetaesp, representantes de 43 Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de outros tantos sindicatos urbanos, entre os mais importantes de São Paulo. Presentes também sete regionais da Comissão Pastoral da Terra, porta-vozes do PMDB, PT e até do PDS (o deputado Luis Furlan, homem do usineiro de açúcar Alcídio Balbo, de Sertãozinho, que a via da planície não deixou falar). O governo Montoro se fez representar pelo seu secretário da Agricultura.

O ato foi aberto por uma representação teatral de camponeses de Andradina e, em seguida, pelo presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Carlos Lorena, que pregou "uma reforma agrária radical e imediata", que "mexa na estrutura do uso e da posse da terra". Além de Francisco Nascimento, falaram também camponeses do Vale do Ribeira e do Pontal do Paranapanema, zonas de São Paulo onde é mais aguda a luta pela terra. "O fazendeiro — contou José Gil, do Pontal — anda dizendo que vai tirar minha vida. Ele pode tirar, porque tem dinheiro e tem jagunço. Mas ele não pode saber se ele também não morre... Ele pode levar uma pedrada, uma foijada, quem sabe?"

A ênfase maior dos discursos da noite foi na necessidade de ganhar a opinião pública democrática das cidades para a reforma agrária — uma causa que não pertence apenas aos camponeses sem terra ou com pouca terra, mas é de todos os brasileiros interessados na democracia e na justiça social, em primeiro lugar os operários. José Francisco, presidente da Contag, ao encerrar o ato frisou: "É exatamente esta estrutura latifundiária um dos pilares da miséria que ali está". Delenou a necessidade de "somar os companheiros da cidade e os Sindicatos urbanos, por uma política econômica que seja o contrário da que ali está e que quebre esta estrutura latifundiária". E foi ainda adiante, ao defender a eleição direta do presidente da República — "porque não temos condições de acreditar que esse governo venha a fazer a reforma agrária e a contrariar os latifundiários, que têm sido um dos seus sustentáculos".



Esta luta interessa a todo o povo

Altamente oportuna, esta Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Espera-se que no Conclat o movimento sindical a empunhe com energia. E que ela ecoe com força nas ruas, no parlamento, em toda parte.

A reforma agrária interessa diretamente aos trabalhadores tanto do campo como da cidade, sobretudo aos operários, e a todos os democratas. O regime da reação no Brasil não tem so uma expressão política — o monopólio do poder pelos generais — mas também uma base econômico-social de classe — o tripe formado pelo capital estrangeiro, os monopólios e o latifúndio. Tudo que atinge este tripe ajuda o movimento popular como um todo.

Tem que ser urgente a reforma agrária, no sentido de corresponder a uma necessidade de objetiva posta na ordem do dia e a uma exigência das maiorias. Da mesma forma, tem que ser uma reforma agrária radical, no sentido de quebrar de fato o latifúndio, enquanto forma de propriedade da terra e enquanto classe social reacionária. Só assim ela abrirá caminho de fato para o progresso do campo e de todo o país.



Baixas-frias de Passos: pela 2ª vez eles param o maior centro canavieiro de Minas

10 mil canavieiros de Passos em greve

A cidade de Passos, no sul de Minas Gerais, foi ocupada segunda-feira por 800 canavieiros em greve. O movimento alastrou-se por 80% dos 12 mil assalariados rurais do município e atinge principalmente as usinas Passos e Agrogruparia Vale do Rio Grande, do Grupo Fermento Itaguara.

Em 1980 os canavieiros da região já haviam recorrido à arma da greve, obtendo vitórias. Desta vez, numa assembleia às 5:30 da manhã, na praça de Passos, eles resolveram parar o trabalho novamente. O movimento dirige-se contra o não cumprimento do dissídio de 1981 e 1982, por parte dos patrões, e tem caráter legal.

Piso salarial segundo as normas do Tribunal Superior do Trabalho; reajustes salariais pelo INPC de outubro, acrescidos de 15%; horas extras pagas com 100% de acréscimos sobre a hora normal; estabelecimento de um ano para todos os trabalhadores a partir da data de admissão; redução da jornada de trabalho de 8 para 6 horas para as atividades insalubres, sem redução salarial; salário-família para todos os filhos menores de 14 anos e inválidos; extinção do "turmeiro" ou "gato"; e a medição e pesagem da cana na presença do trabalhador são as principais reivindicações dos trabalhadores.

(da sucursal).